

1) Transcrição do áudio da 3ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade do Recife – 19/03/2015

00:00:01 – Antônio Alexandre – Bom dia a todas e a todos! Nós já estamos com o quórum do conselho que permite a instalação dessa plenária. Então vamos dar início aos trabalhos dessa manhã. Já estamos com o quórum, aqui, instalado. Bom! Apenas resgatando. Como é do conhecimento, de todas e todos, essa reunião extraordinária do conselho da cidade, ela foi convocada para dar continuidade à reunião anterior do conselho, aliás, as reuniões anteriores do conselho, que foram convocados tendo pauta à discussão da minuta do projeto de lei, de iniciativa do poder executivo, que institui e regulamenta o plano específico para o Cais de Santa Rita, o Cais José Estelita e Cabangá, e dá outras providências. Essa minuta foi apresentada ao Conselho da Cidade. Nós tivemos a partir da primeira reunião a aprovação de um encaminhamento que indicava a realização de uma reunião ampliada da câmara temática relacionada com o planejamento urbano onde foi feita, pela prefeitura, uma apresentação dos fundamentos que serviram de base para a formulação dessa proposição e seguiu-se o debate. Ficou aprovado, também, na reunião – plenária, a realização de uma audiência pública que foi realizada no Clube Internacional, desculpe, no Clube Português, é porque no Clube Internacional foi outra. No Clube Português. Após essa audiência pública foi convocada uma nova reunião da plenária do Conselho da Cidade. Nessa reunião – plenária de Conselho da Cidade a prefeitura da Cidade do Recife a partir de um documento que foi coordenado pelo Instituto Pelópidas Silveira, a unidade de planejamento urbano da prefeitura da Cidade do Recife. Apresentou um documento com a sistematização e, evidentemente, os comentários, o posicionamento da prefeitura em relação aos termos que surgiram nessa discussão. Tanto a discussão plenária, a discussão ampliada da comissão temática, da câmara temática, e a audiência pública, e a complementação de mais informações, de mais estudos, em função das demandas que foram apresentadas por maior detalhamento, por maior fundamentação do estava em discussão. Nessa reunião foi discutida, intensamente, qual seria o encaminhamento, evidentemente que nós tivemos posições divergentes que exigiram uma votação, se a matéria que estava sendo apresentada, ou seja, a discussão da minuta do projeto de lei, ela deveria ser posta em debate, em discussão, em votação, ou seja, seria remetida para uma nova discussão, uma rediscussão. Deixa só o seu início e a partir da câmara temática realização de novos estudos, novos pareceres e a gente pudesse mais na frente, depois de todo esse processo, aí sim, discuti uma nova formulação de plano específico para esse território. Foi colocado em votação. A proposta de abrir a votação da minuta apresentada pela prefeitura, em função de todo o debate que já tinha sido acumulado, foi vencedora e se deu início à apresentação de um destaque, pela prefeitura da Cidade do Recife em função até do debate que ocorreu, aperfeiçoando o detalhamento especificamente de uma área, que é a região do Cabangá, um conjunto de setores situado na região do Cabangá, onde se reconheceu a necessidade de indicar um plano urbanístico específico que pudesse

detalhar e estabelecer os parâmetros e os requisitos para aquela área do Cabangá já que se trata desse território de uma área, que digamos assim, está não consolidada por ter uma área muito grande não urbanizada, principalmente, aquela área, hoje ocupada pelo exército que ainda tem as reservas. Então, em função de não a ver um acúmulo de discussão em relação aquilo ali e a prefeitura aceitou, em função do debate, incorporar essa necessidade do plano urbanístico. Foi feito esse destaque. Na hora que foi colocado em votação diversos conselheiros e conselheiras pediram visto, fizeram o pedido de vista, considerando e argumentando que não tinham, ainda, condições de firmar entendimento em relação à matéria. No pedido de vista, também, houve manifestação de conselheiro de que o pedido de vista não se referia apenas a esse destaque, mas se referia ao conjunto que estava sendo apresentada, a proposta de projeto de lei que estava sendo apresentada. Em função de diversos pedidos vista foi ampliada, foi aberto o pedido de vista pra que qualquer conselheira ou conselheiro pudesse ter tempo, também, para firmar seu entendimento e pudesse trazer pra essa reunião, se for o caso, uma fundamentação ou um parecer, uma declaração de voto decorrente desse período de reflexão e de maior profundamente. Então, isso provocou a convocação dessa reunião extraordinária pra que nessa reunião extraordinária nós possamos dar continuidade a esse processo que se iniciou na reunião anterior. Então, como encaminhamento, evidente, com o desdobramento em consequência desses processos, a mesa solicita que as conselheiras e os conselheiros que em função do pedido de vista desejam apresentar o relatório, parecer ou justificativa, por favor, se pronuncia-se pra que a gente possa aqui, ver as apresentações, as contribuições que vão dar início ao debate desta sessão plenária. Por favor! As conselheiras e os conselheiros que formalizaram, formalizaram alguns posicionamentos em função do pedido de vista nós gostaríamos aqui, que fossem apresentados para que a gente pudesse ver o rol de contribuições que nós vamos ter, aqui, para o debate dessa manhã. Por favor! Alguém gostaria de apresentar? A representante da CAU, Ângela. Por favor, temos... Na verdade, assim, não é nem pela ordem, eu acho que seria interessante saber que vai apresentar. Era essa a solicitação da mesa. Pois não! Uma questão de ordem.

00:08:48 – Leonardo Cisneiros – Uma questão prévia, preliminar, em relação ao prazo de vistas que não está no regulamentado no regimento, mas foi dado um prazo bastante exíguo sem a publicação da gravação da última reunião, sem a publicação da ata e a reunião foi convocada no tempo mínimo possível de uma extraordinária. Então, assim, no CDU que já é um conselho que tem um funcionamento bastante contestado, digamos assim, o prazo de vistas estabelecido são de 20 dias. Então, é o prazo necessário pra se fazer uma discussão, uma elaboração de um outro plano e, se for o caso, pra se discutir substancialmente aqui tem que ter tempo pra se fazer os estudos, elaborar os argumentos e tudo mais, ou seja, o tempo apresentado de 10 dias foi exíguo, foi pra se evitar que tivesse uma discussão apresentada e é só mais uma irregularidade nesse processo, que eu quero deixar, que considero nulo.

00:09:42 – Antônio Alexandre – Eu queria esclarecer ao conselheiro Leonardo que, mais uma vez, ele aponta essa necessidade de fazer mais estudos, mais formulações e mais tudo, mas a própria votação e a discussão que foi apresentada aqui, no conselho, deixou clara que apara a maioria do Conselho da Cidade do Recife esse debate não está se iniciando agora. É um debate que nós já vemos, inclusive, há muito tempo discutindo. Não é uma matéria que está sendo discutida agora. O pedido de vista e o chamamento da próxima reunião foi aprovado na plenária do conselho. Não foi dado prazo por isso que disse que na próxima reunião que fosse convocada seria apresentado o visto. Isso foi aprovado, aqui, pela plenária. O conselheiro, mais uma vez, evidentemente, tem todo o direito de apresentar essa questão, de apresentar esse questionamento, essa questão de ordem, mas o entendimento consagrado em votação, aqui, foi de que essa matéria já teria condição de ser submetida a apreciação. Então, somente o tempo de vista foi feito para que a exemplo do que, inclusive, foi declarado pelo conselheiro, pudesse ser formulado alguma questão, destaques ou questionamentos em relação a matéria que estava em discussão.

00:10:52 – Leonardo Cisneiros – Uma questão de esclarecimento. O secretário reconhece formalmente que o processo discussão iniciou-se ano passado? A partir das audiências do ano passado ou só esse ano?

00:11:05 – Antônio Alexandre – A matéria que essa discussão...

00:11:07 – Leonardo Cisneiros – Você disse que a matéria estava madura o suficiente.

00:11:17 – Antônio Alexandre – Evidentemente, que ela vem desde a discussão do redesenho do projeto Novo Recife.

00:11:22 – Leonardo Cisneiros – Esse processo?

00:11:23 – Antônio Alexandre – Nós estamos discutindo o plano específico para uma área mais ampla que congrega a área do Estelita que é uma área que motivou, inclusive, o início desse debate, dessa discussão, a área de Santa Rita que é uma área consolidada; e, a área do Cabangá que, inclusive, foi objeto de alguns questionamentos quanto a necessidade de estudos e a prefeitura reconheceu a necessidade de elaborar um plano urbanístico específico para aquela área. Todo esse processo de discussão, Leonardo, a apresentação da minuta, objeto, a minuta do plano específico desse território está acontecendo há uns dois meses, mas a discussão daquele território, ninguém aqui é cego e nem vai se fingir de morto, pra dizer que a gente está discutindo as matérias que estão sendo objetos de debate, aqui, já, há muito tempo em função de toda a discussão do redesenho do projeto Novo Recife. Agente não vai, aqui, fingir que nós estamos começando a discutir aquele território agora, porque não é isso que está acontecendo. E foi isso que, inclusive, foi do entendimento da maioria do conselho quando votou por maioria, aqui, de que já tínhamos maturidade pra começar a discutir a proposta que a prefeitura está

apresentando. Portanto, o pedido de vista foi no entendimento da votação e do que foi aprovado, aqui, no conselho, foi suficiente pra que nessa reunião as conselheiras e os conselheiros, que assim os desejarem, formulassem as suas posições, os seus relatórios, os seus questionamentos, as suas contribuições para a matéria que já está em processo de votação. A reunião passada termina com o processo de votação. Tanto é que nós estamos analisando, aqui, pedido de vista. Na interpretação do conselheiro, que eu respeito, mas que não foi o entendimento da maioria. Evidentemente! A questão é a seguinte, nós estamos em processo de votação aberta. O pedido de vista, inclusive, só existe quando existe votação. Você pede vista pra firmar o entendimento. Isso inclusive foi discutido aqui! Se nós estamos analisando o pedido de vista é porque nós estamos num processo de votação em aberto. E é isso que a mesa solicita, que os pedidos de vista, o exercício ou a consequência do pedido de vista se estiver formalizado, ou o pronunciamento, ou a declaração de voto, ou um parecer, ou uma proposição, por favor, seja indicado, aqui, pra mesa pra que nós possamos organizar o debate dessa manhã. É esse o encaminhamento que a mesa está apresentando. Por favor! Foi apresentando, aqui, o CAU através da sua representante, Ângela, vai fazer o pronunciamento. Leonardo também. O Direitos Urbanos através do conselheiro Leonardo Cisneiros, também, vai fazer uso da palavra. Por favor! Mais alguma contribuição? A conselheira representante do CENDHEC, Synara. Mais alguma contribuição? Por favor! Não temos mais nenhum pronunciamento? Da CDL a partir do seu representante, Paulo. A ADM a partir do seu representante, Sandro. Nós já estamos com cinco contribuições. Seriam essas os pronunciamentos em função dos pedidos de vista. Bom! Então, vamos dar início, aqui, à apresentação das manifestações dos pedidos de vista pra que depois nós possamos abrir o debate e o encaminhamento dessa manhã. Por favor, nós convidamos a conselheira Ângela, representante do CAU, para fazer o seu pronunciamento.

00:15:45 – Ângela Carneiro – Bom dia a todos! Eu levantei só pra me localizarem. Bom dia à mesa! O CAU não é contra nenhuma iniciativa do município em desenvolver planos urbanísticos, ao contrário, o CAU tem que elogiar uma iniciativa de desenvolver planos na nossa cidade. Só que nesse caso específico o CAU entende que a matéria não se esgotou nas câmaras técnicas. Estamos num começo de um exercício, de um conselho que dói uma grande luta pra que ele acontecesse e que temos que elogiar a sua implantação, mas temos várias observações a respeito do funcionamento do conselho. Então, vou começar com as questões regimentais do funcionamento do conselho citando o art. 16 do nosso regimento que fala sobre as câmaras técnicas. No art.17 “Câmara técnica será integrada por no mínimo cinco e no máximo nove conselheiros. No momento em que mais de nove conselheiros pretenderem participar da mesma câmara técnica caberá ao plenário definir sua composição”. Quando fizemos a reunião a respeito desse assunto isso ficou para ser resolvido e as câmaras serem implantadas. Uma outra razão para que a câmara fosse implantada, no segundo inciso desse art.17 fala que a câmara técnica escolherá entre os membros os

coordenador e o secretário. Isso não foi feito! No inciso oitavo fala sobre o parecer que deverá ser encaminhado ao plenário. Então, fala “O parecer solicitado à câmara técnica será lavrado por um relator, enviado pela câmara técnica para a secretaria executiva após a sua aprovação”. Isso também não foi feito! “E depois, em 15 dias, que o prazo pode ser prorrogado, o relator envia a matéria, o relatório para a plenária”. Queria, assim, fazer um comparativo com a questão médica. A gente tem um clínico geral que vai entender uma matéria, essa matéria ela vai... Entender uma doença, essa doença vai estar diagnosticada e aí se a gente não conseguir ter todos os pontos desse diagnóstico a gente vai chamar uma junta médica para entendendo o diagnóstico decidir se vai fazer a cirurgia ou não. Pode-se sem todo o diagnóstico entender que vai para a cirurgia. A junta médica diz, apesar dos riscos, nós vamos para a cirurgia e vamos fazer. A decisão da junta médica. Só que decisão não é da junta médica, a decisão é da família. Então, podemos considerar que a nossa câmara é a junta médica, especialistas da matéria que vão de posse de todo o material gerado pelo clínico ou por os especialistas na matéria, vão decidir a cirurgia. Agente tá entendendo que essa matéria não foi esgotada na câmara técnica. Não foi esgotada porque não tivemos acesso nas discussões, aos diagnósticos, não tivemos acesso ao plano. Tivemos acesso a um estudo de massa, não tivemos acesso ao plano. O CAU entende que a ordem, quero que fique bem claro, não é a iniciativa louvável do município de fazer um plano urbanístico, mas é a forma como isso está sendo mostrado, aqui, no conselho. Porque o diagnóstico não foi mostrado, o plano urbanístico não foi mostrado. Nós temos aqui uma lei, então, a gente entende que se tudo isso aqui acontecesse essa legislação, bastava dizer. Tá certo?! Obedeça-se! Cumpra-se o plano! E não temos o plano. A posição do CAU é que a matéria, uma posição que tivemos na reunião passada, precisa ser esgotada na câmara técnica e que esse conselho precisa funcionar da forma como ele se propõe a funcionar de acordo com o seu regimento que não funcionou. Nós não temos câmaras técnicas para discutir esse assunto. Muito obrigada!

00:20:57 – Antonio Alexandre – Obrigado conselheira Ângela! Por favor! Nós convidamos pra o pronunciamento o representante dos Direitos Urbanos, Leonardo Cisneiros. Leonardo, a exemplo de Ângela, a gente estava só orientando, em torno de cinco minutos, evidentemente que pra fazer uma declaração, mas aí flexibilidade só pra poder permitir que todo mundo faça uso.

00:21:27 – Leonardo Cisneiros – Entreguei por escrito pra ser apensado ao processo.

00:21:30 – Antonio Alexandre – Depois você pode encaminhar digital pra gente publicar na página do conselho.

00:21:36 – Leonardo Cisneiros – Certo! Eu vou ler. É um relatório. Voto e vistas em relatório que no entendimento... Eu vou ficar sentado que estou meio adoentado, to meio com febre. No entendimento do que é óbvio no direito administrativo, em qualquer funcionamento em qualquer conselho, vota relatórios não se vota a matéria diretamente sem você discutir um relatório encima da matéria. No CDU é assim, sempre faz o parecer pra ser votado. E, aqui,

estou apresentando um parecer e, inclusive, não vi o parecer quero dizer assim, quero deixar registrado que não tem o parecer favorável, a favor da matéria. Portanto, não pode nem se votar a favor. Quero deixar registrado que o único parecer que está sendo registrado aqui é esse. Relatório voto vistas para o plano urbanístico Cais Santa Rita, Cais José Estelita e Cabangá – Leonardo Cisneiros/grupo direitos urbanos. A condução do processo de discussão no plano e, na verdade, todo o processo de instalação do conselho da cidade tem mostrado a completa incapacidade técnica do secretário, Antônio Alexandre, pra lidar com a participação popular. O princípio da gestão democrática das cidades abrigados na Constituição Federal, art.29, 12, e no Estatuto das Cidades requer uma partilha de responsabilidades; a criação de um espaço de decisão compartilhada. No entanto, o que vemos é uma contínua imposição pela prefeitura de decisões tomadas em outras estâncias definindo a força do voto em bloco que deveria ser definido pela força do melhor argumento. O problema é que a prefeitura não tem o melhor argumento. É continuamente contestada e refutada tanto por entidades técnicas, como o CAU, o IAB, e vou acrescentar o MUD, quanto por ONGs e movimentos sociais. Suas decisões não se sustentam no debate público de idéias e por várias vezes os próprios técnicos da prefeitura concordam com os argumentos da sociedade civil durante a discussão, mas acabam obrigados a votar de forma alinhada ao secretário. O Conselho da Cidade tinha a missão de renovar os espaços de participação popular, dentro da Cidade do Recife, desgastados, dentre de outros casos, pela conhecida, documentária história de submissão do conselho de desenvolvimento urbano a interesse privado. História essa, inclusive, muito bem estudada por uma das técnicas que são forçadas, aqui, a votarem de acordo com o secretário. A querida Sandra Nunes que tem vários artigos sobre o CDU, muito bons. No entanto, desde o caso projeto de lei 25/2013 que a prefeitura insistiu em manter o CDU como conselho separado do Conselho da Cidade contra a resolução da conferência da cidade e a despeito dos vários protestos de várias entidades da sociedade civil. Vemos que a estória de participação dessa cidade não está sendo diferente. A participação da cidade não está sendo diferente. Esse conselho sob a condução do secretário, Antônio Alexandre, reproduz as práticas que desmoralizaram os espaços de participação popular nessa cidade. Segundo ponto, o caso da discussão do plano urbanístico do Cais Santa Rita, José Estelita e Cabanga é uma amostra emblemática dessa postura antidemocrática que contraria as recomendações técnicas. Desde o começo foi alertado de que era necessária uma discussão técnica sobre o plano urbanístico e não sobre a minuta do projeto de lei que delem decorrem; com a apresentação rigorosa de diversos estudos exigíveis; com as sabatinas dos técnicos; com quantas audiências públicas fossem necessárias para estabelecer um debate real com a população e esclarecimentos de suas dúvidas. Mas, a metodologia que foi insistentemente reafirmada pela por entidades técnicas com competências para serem reconhecidas como peritas na questão de planejamento urbano foi rejeitada pela prefeitura com voto em blocos sem maiores explicações. As irregularidades do processo: estudos prévios necessários solicitados não foram apresentados, em direta violação as diretrizes do Estatuto das Cidades sobre participação popular. A apresentação técnica do plano na câmara técnica de planejamento urbano além de não ter sido conduzida pelo técnico responsável pelo plano, violando o que havia sido definido na reunião anterior, terminou sem os esclarecimentos de todas as dúvidas levantadas e sem levar a cabo a discussão técnica decidida pela plenária. A remissão de diversos pontos e uma futura revisão da lei de uso do solo mostrou que a ordem dos fatores no planejamento foi invertida para dar urgência a elaboração de uma lei que favorece os empreendedores privados

em detrimento da regulamentação, já tardia, de diversos instrumentos cruciais para domar o caos urbano da cidade do Recife e que até hoje não saiu do papel. A audiência pública sobre o plano foi realizada em data destinada a inibir a ampla participação da população, sem debate por parte da prefeitura e todas as suas contribuições receberam resposta protocolar que manteve tal como estava sem incorporar qualquer proposta substancial. Foi uma audiência só para cumprir formalidades sem que demandas, praticamente unânimes, tenham sido incorporadas ao plano. Por fim, a minuta do projeto de lei foi proposta em votação sem elaboração de um relatório pela câmara técnica correspondente, como requer o regimento do conselho da cidade e as práticas mais elementares do direito administrativo. Ficou patente, assim, que todo esse processo desavergonhadamente irregular se destinou somente a validar projetos imobiliários na área do plano sem qualquer preocupação com qualquer planejamento da cidade a partir do interesse público, das demandas da cidade para aquela região e da capacidade do decíduo urbano de absorver a sobrecarga urbanística para a área. Assim, não cabe adentrar na análise substancial de um plano que se estivesse realmente aberto as propostas da população poderia ser drasticamente diferente e melhor do que o apresentado. O processo está eivado de irregularidades que o compromete seriamente e deve ser reiniciado com a apresentação ou a realização dos diversos estudos técnicos necessários, as discussões nas câmaras técnicas, novas audiências públicas etc. Por essas razões voto pela rejeição da minuta apresentada e o reinício do processo. Obrigado!

00:27:07 – Antônio Alexandre – Obrigado pela contribuição, conselheiro Leonardo Cisneiros. Vamos ouvir agora o pronunciamento da representante do CENDHEC. Por favor, Synara!

00:27:25 – Synara Dantas – Bom dia a todos e a todas. Na verdade a gente tá, assim, entendendo lamentável todo esse processo porque apesar da gente ter vindo pra várias reuniões, ter participado desses espaços o tempo inteiro a gente visualiza que o plano não foi apresentado. Eu acho que os colegas já falaram antes. Não teve um plano apresentado tecnicamente, a gente não discutiu e as questões não foram esgotadas. Então, o CENDHEC entende que todo esse processo tem sido atropelado e nesse sentido a gente não conseguiu visualizar, a gente não tem respostas. A audiência pública, como o próprio Leonardo falou agora, foi um processo onde tiveram várias falas da população, os que conseguiram chegar lá porque a data realmente era inviável, pós-carnaval, um processo onde não tinha mobilização. Então, todas as falas foram dos movimentos, a gente não viu um pronunciamento da prefeitura, a gente não viu a incorporação de nenhuma proposta no projeto e a gente visualiza que não tem, por exemplo, o relatório da câmara técnica, não tem um relatório escrito disso. Como a gente enquanto conselheiro que pediu, naquele momento, vistas desse processo; pediu naquele momento que fosse apresentado os estudos; apresentado como foi que se chegou aquele resultado e a gente não recebeu essa informação, eu entendo que o processo está equivocado e, portanto, a gente entende que é preciso retomar o processo. E aí fazer de forma onde a gente consiga de fato votar em algo que tenha concretude. Não dá pra gente votar sem um parecer, sem uma discussão. Eu acho que o regimento diz isso, a câmara técnica tem que ter um parecer, o conselho precisa tá entendendo esse processo todo. Quando alguns conselheiros dizem que não visualizaram isso, que vários conselheiros estão dizendo isso que não visualizaram essa proposta, esse projeto, ou tecnicamente e que não tem nada sistematizado. Então, é importante a gente considerar. Então, a minha proposta é que a gente recomece esse diálogo de forma mais interessante, mais participativa porque não adianta

dizer que é participativa, dizer que faz os processos quando na verdade não há participação real da população.

00:30:06 – Antônio Alexandre – Obrigado conselheira Synara pela sua declaração. Agora, nós temos, vamos ouvir a declaração do CDL, o representante Paulo Monteiro.

00:30:20 – Paulo Monteiro – Bom dia a todos! Eu já falei por várias vezes, acredito que nesse conselho assim também na CDU. Deixa eu me levantar pra o pessoal saber quem ta falando. Que eu não sou arquiteto, não sou urbanista, não sou engenheiro, sou um cidadão recifense que me preocupa muito com a Cidade do Recife e a minha fala gostaria que a mesa considerasse como um relatório de um cidadão de Recife que tem o privilégio de representar uma instituição quem tem 6º anos trabalhando pela Cidade do Recife não só pelo segmento lojista, mas pelos interesses da Cidade do Recife. E, essa é a razão pela qual nós estamos aqui. Com relação aos pontos que foram colocados eu acredito até que a convocação de uma audiência pública numa quinta-feira pós-carnaval, secretário, foi um equívoco. Por que tem muita gente que brinca até o domingo seguinte, então essa audiência poderia pra ter uma participação popular muita grande, talvez tivesse sido convocada no dia do galo da madrugada e aí teria muita gente participando da população e já era no bairro, praticamente, que contempla a nossa discussão. No entendimento da nossa instituição. Do nosso segmento, pelo tempo que o assunto vem sendo discutido. A cidade tem tido um prejuízo muito grande porque a muita procrastinação, muitas discussões que no nosso entendimento não estão levando a nada. Pra nós fica claro assim, uma manobra ou uma tentativa de uma manobra já que se fala muito nessa palavra, inclusive, acusando o poder público disso, de uma minoria pra procrastinar uma decisão sobre um assunto de uma importância muito grande pra cidade do Recife. A população do entorno, não só a população dos bairros envolvidos, mas a população dos bairros do entorno com que o projeto contempla que o projeto de lei contempla e também o segmento comercial, o segmento lojista do Recife, se sentem muito prejudicados. Na última reunião que nós tivemos aqui alguns depoimentos de alguns representantes e movimentos de instituições oficiais que representam a sociedade, oficialmente constituída de que representa a sociedade, demonstraram uma preocupação com a demora em se tomar uma decisão com relação a esse assunto. Nós entendemos que a dinâmica de uma cidade, que a saúde de uma cidade e a vida de uma cidade é muito diferente da dinâmica da saúde e da vida de uma pessoa em si. Então, na verdade, a gente não pode fazer um diagnóstico ou da uma condução de uma cidade pensando como se fosse uma condução de um médico em um tratamento de uma enfermidade de uma pessoa. Eu acho que isso é uma coisa que não tem muito sentido, não tem muito a ver. Então, nós entendemos que os destaques feitos pela prefeitura eles contemplam, eles atendem as necessidades da Cidade do Recife, atende a necessidade do que o movimento empresarial, lojista de todo aquele entorno, de todo aqueles bairros contemplados com esse projeto. Clamam! Eles desejam! Eu gostaria de inclusive, no meu relatório, de fazer uma proposta e já deixar na mesa a proposta pra que agente coloque em votação a minuta com os destaques que foram feitos pela prefeitura porque nós entendemos que atendem os anseios da Cidade do Recife, da dinâmica de todo o processo de transformação de planejamento urbanístico que a cidade carece e que essa gestão vem demonstrando uma preocupação muito grande com isso, inclusive, abrindo bastante, eu diria nem abrindo, escancarando o debate público ao contrário do que estão insinuando aqui de que não há essa, eu acho que pelo contrário. Eu discordo, firmemente, eu acho que a

prefeitura escancarou, ela não abriu esse debate, escancarou até demais. Então, a proposta da CDL Recife é que agente coloque em votação a minuta com os destaques feitos pela a prefeitura pra que não se prolongue mais e a cidade não seja tão prejudicada como vem sendo por conta de uma discussão e de procrastinações que não estão levando a nada, a não ser trazer prejuízo à Cidade do Recife. Então, esse é o nosso relatório feito, é o nosso entendimento, e fica já lançado aí pra que seja feita a proposta de ir pra votação de que a minuta seja encaminhada com os destaques feitos. Que nós entendemos que atendem os anseios da população do Recife. Senão foi muito claro eu posso fazer mais algum registro caso à mesa não ficou muito claro.

00:36:36 – Antônio Alexandre – Obrigado conselheiro Paulo Monteiro pela declaração. Nós convidamos agora o representante da ADEMI, Sandro Guedes, pra apresentar a sua declaração.

00:36:29 – Sandro Guedes – Bom dia! Só ressaltar que o conselheiro do MDU se equivoca quando faz geração de valor nos votos dos companheiros do conselho. Perdão Tomás!

00:36:51 – Antônio Alexandre – Precisa tirar o m, é DU!

00:36:55 – Sandro Guedes – Quando faz geração de valor nos votos dos companheiros. É um conselho paritário e cada voto vale um, é democracia e não se faz por unanimidade, democracia se faz por maioria. Se há descontentamento por parte de algum conselheiro aqui presente, de alguma entidade, a ADEMI entende que já se faz muito tempo que debate esse assunto, que houve tempo suficiente pra elabora qualquer alternativa, qualquer contribuição, qualquer destaque palpável e não apenas protesto. Eu não sei como funcionam os diferentes conselhos, mas na nossa associação quando se tem algum tema pra se discutir e nós não estamos contentes nós apresentamos uma proposta concreta, com destaques, com substitutivo, com alternativas. Então, já se faz algum tempo , não da última reunião pra cá, que esse tema vem sendo discutido. Então, a ADEMI entende que não há mais tempo pra se alegar que não houve tempo pra se propor alternativa, tempo houve de sobra senão houve interesse. A gente acha que esse tema já ta mais do que esgotado, mais do que discutidos nessas audiências públicas e reuniões do conselho, e que se chega a hora de votar a minuta e se encerrar esse ciclo e liberar o conselho dessa pauta já mais do que discutida e partir pra questões mais amplas e de interesse da cidade como um todo. Temos que discutir revisão de plano diretor, revisão da LUOS, de geo ordenamento territorial, da própria instalação do funcionamento do conselho. Então, eu creio que, acompanhando o conselheiro da CDL, a ADEMI entende que tem que ser colocada em votação a aprovação da minuta.

00:38:38 – Antônio Alexandre – Obrigado conselheiro Sandro Guedes. A mesa, aqui, também, recebeu uma solicitação, também, de uma declaração de voto em função do pedido de vista do representante da SINDUSCON, Paulo Roberto. Por favor, conselheiro Paulo.

00:39:00 – Paulo Roberto – Bom dia a todos. Eu represento o SINDUSCON com muita satisfação e está aqui me faz nesse momento, que é um momento muito importante pra o conselho da cidade. O conselho ta nascendo, ta acabando de nascer e o seu nascimento vem num momento de uma grande questão que a cidade está envolvida há quase quatro anos. Tratar desse tema é tratar de um tema que trouxe para o Recife ensinamentos, ganhos,

perdas, erros, acertos, os comportamentos, mobilização. E eu queria dar uma passagem pra trás e dá um giro pra 1980. Os mais jovens que ainda não nasceram não se zanguem comigo, mas o mais velho tem que contar historia. Em 1980 foi criado o CDU – Conselho de Desenvolvimento Urbano foi uma grande confusão porque a prefeitura ia perder o direito e o poder de julgar os projetos. Ia ter um conselho, chamado CDU, de desenvolvimento urbano que ia, este sim, dar a opinião sobre aquilo que era bom ou ruim pra cidade, aprovar ou não aprovar. Lá atrás o que se dizia do Conselho de Desenvolvimento Urbano se diz hoje do Conselho da Cidade. Há um movimento a favor e contra, e há uma extensão desse debate pondo esse conselho em discussão na sociedade. Vocês não perceberam, mas os vários setores que constroem a cidade, não os construtores, constroem o dia a dia, o cidadão comum começa a saber que existe o Conselho da Cidade e que ele tem um papel e que papel é esse que ele vai desempenhar. Ele vai passar por muitos ajustes, complementação de regras, de normas, de regimento. Ele vai passar por um processo de aprendizado. Ele vai passar por um processo de entendimento. Em breve, os conselheiros que aqui estão que não se conhecem, apesar do volume de 45 membros, serão colegas de um conselho que vão bater papo, trocar idéias, trocas desaforos e sair pra tomar um cafezinho. É assim que funciona! É assim que é! É assim que vai ser isso aqui e essa casa! Eu pediria secretário que não saísse daqui não, do Forte das Cinco Pontas, do Museu da Cidade do Recife. Esse o lugar do conselho! Que Betânia não saiba, mas o pedacinho desse lugar aqui deveria ser do Conselho da Cidade, dentro do Museu da Cidade, dentro do Forte das Cinco Pontas. Combine com ela. Veja se ela arruma um cantinho ali debaixo daquele túnel pra gente deixar o conselho aqui dentro. Parece-me que as relações iniciais de percepção, aqui vocês tem forças e contra forças, visões e visões, posturas e posturas, a gente sabe e vai saber, por exemplo, e eu faço questão de olhar pra o meu amigo careca, Tomás, de que ela estará sempre a frente das discussões porque ele tem obrigação disso, ele está aqui representando o mestrado de direito urbano. Enquanto a gente está pensando nesse pedacinho de terra, ele está pensando no continente e ele tem que pensar mesmo. Eu acho que isso faz parte do conselho. Essa é a riqueza do conselho. O que é que nos falta gente? Nos falta perceber que nós vamos ter vitórias e derrotas cada um aqui dentro. O CDU pode perder hoje e ganhar amanhã e depois, é assim que funciona o conselho e é assim que ele deve funcionar. Que a gente saia daqui, seja qual for o resultado disso, fortalecendo esse instrumento que foi criado com muita coragem pelo prefeito, Geraldo Júlio, e mais registro aqui, em meu nome e do SINDUSCON, a minha solidariedade ao secretário Antônio Alexandre pelo esforço, pelas lutas, pelas batalhas que vem vencendo pra fazer essa casa, neste auditório com essas pessoas funcionar. Eu sei e vocês sabem o papel que ele tem desempenhado dentro desse conselho pra que ele funcione. Registro isso porque entendo que estamos num momento muito importante pra dar ao conselho aquilo que ele vai ter enquanto instrumento de ouvir, propor, analisar e construir uma cidade bem melhor. Eu gostaria de deixar registrado que o SINDUSCON ao receber esse material e ao discutir lá na sua equipe de conselheiros do sindicato, representantes das várias áreas que compõem o sindicato, concorda com a sua aprovação e os destaques na forma que foi feito. Eu voto antecipando aquilo que o conselheiro aqui colocou.

00:44:14 – Antônio Alexandre – A mesa também recebeu uma solicitação de declaração em função do pedido de vista do MDU – Mestrado de Desenvolvimento Urbano da UFPE, Tomás Lapa.

00:44:25 – Tomás Lapa – Senhoras e senhores presentes. Eu faço a seguinte declaração: eu não tenho a intenção de continuar a legitimar esta pantomima, está encenação de mau gosto que não foi iniciada nesta gestão, mas que tem sido reafirmada com ênfase por esta gestão. Em reuniões anteriores, em reuniões passadas o representante da ADEMI ou do SINDUSCON, enfim, colocou o seguinte tendo em vista o modelo proposta de ocupação do Cais José Estelita. Se Nova Iorque fez porque nós não podemos fazer? Seria muito interessante que ao pensar dessa maneira e ao se espelhar no modelo de Nova Iorque nós também pensássemos na qualidade dos espaços urbanos tratados e mantidos, em Nova Iorque. Seria interessante que nós pensássemos no Central Parque, que nós pensássemos no High Line Park, que nós pensássemos num sistema de metrô etc., como o de Nova Iorque, mas nós preferimos começar pela aparência, o modelo pela barreira, pelo aquilo que vem definitivamente apagar, anular, mudar um dos cartões postais mais caros e preciosos da Cidade do Recife. Uma das imagens que traduz o Recife Oitocentista meramente por uma crença de que um determinado número de empregos e uma certa arrecadação pelo poder público vindo do setor imobiliário isso pode justificar essa usurpação, essa destruição, essa anulação de algo que faz parte do imaginário da população que é aquela imagem. Em conversa com o secretário Paulo Roberto, aqui, eu tenho bastante respeito, na última reunião nós visemos alusão a uma expressão que ele usou “mudança de paradigma”. Eu estou convicto de que com as decisões, que me parecem que estão praticamente tomadas aqui, muda-se de fato de paradigma e esquece-se um Recife que está até agora na memória e no imaginário de todos. Talvez outros venham me substituir, mas no momento me retiro e me nego a legitimar o que for decidido daqui pra diante. Muito obrigado!

00:47:52– Antônio Alexandre – Obrigado pela sua manifestação conselheiro representante do MDU, Tomás Lapa. Bom! Por favor! Na verdade a gente pediu as declarações de voto em função do pedido de vista, quem pediu vista. A OAB está pedindo esclarecimento? É uma questão de esclarecimento.

00:48:13 – Felipe Rebelo – Bom dia a todos! Feliz em revê-los. Eu sou suplente da OAB, então, por isso que estou pedindo esse esclarecimento porque eu não estava presente na assembleia passada, mas pelo que foi me passado pela colega e pelo que eu entendi na abertura, aqui, da mesa. Pelo que eu entendi foi iniciada a votação e o pedido de vista foi pra se manifestar sobre um item específico do que estava sendo votado. Foi isso mesmo? Então... Mas... Sobre um único ponto do que estava sendo votado?

00:48:49 – Antônio Alexandre – Na verdade, assim, veja... Só o esclarecimento... A OAB estava representada...

00:48:59 – Suplente da OAB – Por outra pessoa por isso que eu queria entender isso. Como silenciou a votação eu realmente fiquei em dúvida pelo que foi colocado. Não estou entendendo muito.

00:49:07 – Antônio Alexandre – Eu entendi! Deixa-me só fazer um esclarecimento. É verdade, conselheiro. Na verdade, assim, como ficou explícito que, inclusive, nas intervenções, nas declarações de voto, em função do pedido de vista, todo esse processo é objeto de visões divergentes inclusive sobre a condução, a legalidade, o processo, tanto do ponto de vista do processo quanto do seu ponto de vista do conteúdo, evidente. Esse assunto, desde o seu

início, ele mobiliza essas percepções, esses sentimentos, todos esses negócios, não é de agora que isso tá acontecendo. A questão é que quando foi colocado, inclusive, com muito debate, com muita divergência sobre esse encaminhamento, mas foi vitoriosa ao encaminhamento de que estava em votação a propor a discussão. A minuta que foi apresentada pela Prefeitura da Cidade do Recife, com um destaque apresentado pela prefeitura, reconheceu que no processo de discussão havia a necessidade de si, como está apresentado aqui, de si incluir, de si alterar o artigo 6º dizendo que na área do sétimo depósito de suprimentos, lá no Cabanga, será exigido um plano de massa que considera conceitos sustentáveis de urbanismo, então descreve os conceitos, permeabilidade, mobilidade, acessibilidade, vitalidade, densidade, capacidade, suporte e território. Na parágrafo primeiro a descrição teve os critérios das diretrizes fundamentais para esse plano de massa, representação gráfica de um plano urbanístico com diretrizes de ordenamento físico-territorial, uso e ocupação do solo, distribuição de espaços públicos e privados considerando o equilíbrio ambiental e social dos espaço a que se aplicam e o bem estar dos seus usuários. O parágrafo segundo diz que as diretrizes e os critérios da elaboração serão detalhados e regulamentados pela área de planejamento urbano, o detalhamento mais técnico dos componentes desse plano de massa e que o plano de massa deve ainda considerar o sistema viário, parâmetros urbanísticos e normas estabelecidas, sendo permitida a permuta do coeficiente das quadras resultantes se houverem necessidade da a ver compensações. Só pra esclarecer! Depois disso, desse destaque, ele altera todo o quadro, altera uma parte do quadro que tratava dos parâmetros urbanísticos no que se refere as áreas objetos de discussão. Esses setores, 2ª e 2B, que é exatamente a área em que por ela ainda não está sendo objeto de intervenção imobiliária...

00:51:58 – Luís Felipe Rebelo – A área do Cabangá, né?!

00:51:59 – Antônio Alexandre – A área do Cabangá, mas precisamente do quartel, teoricamente a área disponível hoje para o processo de urbanização que a gente ainda não consegui, com detalhamento, prevê as suas conseqüências e os seus desdobramentos, mas a prefeitura está indicando esse plano de massa e fazendo as adequações em relação a proposta original. Essa questão surgiu no debate, a prefeitura apresentou esse destaque e foi colocado em votação.

00:52:25 – Luís Felipe Rebelo – Só esse destaque! O meu esclarecimento era só esse mesmo.

00:52:27 – Antônio Alexandre – Quando foi colocado em votação diversos conselheiros pediram destaque e houve a declaração de um conselheiro de que haveria a possibilidade, haveria a intenção de, inclusive, apresentar substitutivo em relação a matéria que não era só em relação a esse destaque aqui. O que a mesa entendeu das declarações, que foram feitas pelas diversas instituições, foi de que as declarações, respeitando todas elas, evidentemente, mas as declarações disseram respeito ao processo, ao encaminhamento, não disseram respeito a matéria que está em processo de votação. Não houve nenhuma observação acerca de alteração em relação ao conteúdo da matéria que estava em votação. Então, a mesa entende que acatadas as manifestações, terão publicidade, nós vamos divulgar isso tudo no site do conselho, evidentemente, pra dá publicidade pra isso. Em relação a matéria continua no processo de votação que se interrompeu no final da reunião passada e que nós estamos retomando aqui a partir dos pedidos de vista e está em votação a minuta do projeto de lei com

esse destaque que foi apresentado pela prefeitura que será o encaminhamento que a mesa providenciará logo em seguida. O conselheiro Leonardo está pedindo uma questão de ordem.

00:53:42 – Luís Felipe Rebelo – Eu acho que pra mim está esclarecido secretário. Eu não to fazendo impugnação secretário, eu estou... Mas, eu só queria um esclarecimento porque pelo que eu entendi do início da assembleia foi que estava sendo discutido era um item da pauta e pelo que eu entendi, sem entrar no mérito dos projetos, mas, assim, a OAB preza mais pela questão do ponto de vista da legalidade e pelo que eu estou entendendo o que seria pra ser contribuído, eu não entendi nenhuma das declarações, trazendo as contribuições para o ponto que foi pedido vista. Então, nesse sentido, sem prejuízo da colocação que o representante dos direitos urbanos possa fazer, mas eu entendo que desse ponto de vista o que teria sido discutido, já que foi iniciada a votação, seria em relação a esse ponto específico. Como não foi colocado nenhuma contribuição específica pra esse ponto, mas quando a gente fala na questão processual aí é como se fosse um embargo de declaração. Está querendo revisitar o todo que já tinha iniciada a votação e não um ponto específico que está sendo discutido. Então, eu entendo que realmente já estaria, senão estiver a contribuição específica, eu acho que eu concordo no sentido de que já poderia ser colocado em voto o projeto com os destaques e com a ressalva de quem quiser fazer.

00:55:30 – Antônio Alexandre – Obrigado conselheiro. O entendimento da mesa é justamente esse. Nós estamos com uma questão... Veja... Veja... Nós estamos em processo... Não! Não! As discussões são feitas aqui na mesa, pega o microfone, por favor, Taciara! Nós estamos em processo de votação... Eu sei disso! Deixa-meeu falar! Eu sei! Eu to vendo! Nós estamos em processo, só estou esclarecendo, nós estamos em processo de votação. Evidentemente, que nós já sabemos que existem, já foiram manifestas aqui as divergências em relação ao processo, mas o entendimento da mesa é que eu nós estamos em processo de votação, inclusive, que foi iniciado na sessão passada da plenária e que nós estamos, agora, concluindo em função do pedido de vista. A mesa entende que cabe nesse momento, nós estamos em processo de votação, cabe evidentemente, questões de ordem em relação ao processo. Serão acatadas para que agente possa prosseguir o processo de votação. Pela ordem da solicitação de inscrição e, por favor, quero que entendam que a matéria agora é de questão de ordem, tá certo?! A mesa em papel de disciplinar, inclusive, os trabalhos e tudo, não vão acatar outro tipo de pronunciamento que não seja questão de ordem. Nós estamos em processo de votação aberta, até pra poder disciplinar e organizar a reunião se não a gente não conseguiu organizar. Então, pela ordem nós temos três pedidos de questão de ordem aqui. O primeiro pedido da conselheira representante da secretaria de saneamento, por favor, Simone.

00:56:52 – Simone Vasconcelos – Bom dia para todos! Meu nome é Simone. Pra esclarecer melhor o conselheiro da OAB. Seria estarmos numa audiência, a fase de instrução e prova já passaram, e estaríamos nas razões finais. Mais ou menos isso aí. Então, o que é que aconteceu? Na reunião anterior o projeto por maioria, lógico que teve pessoas que foram contra, mas a maioria decidiu que seria encaminhado. Foi pedido vista pra analisar o que está proposto e pelo que eu vi, apesar que eu acho que toda intervenção deve ser colhida, analisada e colocada dentro do nosso contexto pra melhorar a nossa forma de conduzir isso, inclusive, melhorar o regimento interno, as discussões, pra que a gente possa ter o maior número de pessoas que participe de forma efetiva. Eu acho que não existe nada tão bom que

não possa ser melhorado. Mas, pelo que eu vi das propostas, que foram apresentadas, nenhuma foi referente ao assunto que se abriu vista. Isso, portanto, é um assunto que a gente não pode ficar demandando muito tempo até porque a gente já abriu vista pra que as pessoas falassem. Não apresentando! O que foi discutido aqui foi forma de procedimento “Ah! Faltou o prazo, faltou encaminhar para câmara temática, faltou isso!”. Isso é um procedimento que essa fase já esgotou. E, como houve uma votação e houve uma maioria, e a maioria ganhou, então, essa fase esgotou. Então, minha proposta, é a proposta que já foi feita por alguns conselheiros, que seja colocada em votação.

00:58:46 – Antônio Alexandre – Obrigado! Conselheiro Leonardo pediu, também, questão de ordem.

00:58:57 – Leonardo Cisneiros – Leonardo Cisneiros, direitos urbanos. Como a questão de ordem virou esclarecimento aproveito pra esclarecer, também, o outro lado da discussão. Faltou a AOB na última reunião, não posso discutir a legalidade uma questão preliminar. Ou seja, levantar uma questão preliminar não pode ser rejeitado, aqui, afinal a discussão foi feita de forma açodada, um voto feito, aqui, sem um parecer a respeito do regimento. O que a gente contestava era a maneira que estava sendo feito enquanto o regimento claramente, expressamente, diz que o que é votado é o relatório produzido na câmara técnica. Como em qualquer lugar que é o relatório que é votado e não o plano diretamente e ele teria que ir pra câmara técnica pra produzir um relatório e ele ser votado. A contestação foi essa. O que se decidiu no voto de forma anti-regimental, ilegal, então, esse encaminhamento, portanto, continua ilegal. A gente não pode contestar na justiça porque o secretário não publicou as atas da reunião, não publicou a gravação da reunião senão a gente teria contestado na justiça. Foi esse o encaminhamento, ou seja, uma questão preliminar. Então, essa votação, aqui, continua sendo inválida, continua estando em aberta a questão preliminar, no meu entender. Em primeiro lugar é isso. Em segundo é a questão de ordem, eu quero saber exatamente como vai ser encaminhado a votação a partir de agora. Clareza sobre isso em relação aos destaques.

01:00:02 – Antônio Alexandre – Também pediu questão de ordem a conselheira Ângela do CAU.

01:00:08 – Ângela Carneiro – Eu queria uma resposta da mesa. Eu to reforçando a explicação que Leonardo deu agora a respeito da questão regimental do conselho, como está funcionando esse conselho. Então, a minha pergunta é, foi instalada a câmara técnica porque eu li, aqui, alguns itens do nosso regimento interno e vou ler, agora, o item da nossa lei que forma o conselho que fala... Não é câmara temática, eu queria esclarecer, é câmara técnica! Ela não é temática! Então, ela diz na seção três no artigo nono, ela diz que contará com o assessoramento das seguintes câmaras técnicas e aí fala das câmaras e depois fala as atribuições das câmaras técnicas, prepara as discussões temáticas para a apreciação e deliberação do plenário. Eu queria perguntar se houve isso? Eu queria a resposta da mesa. Segundo, promover articulação com órgãos e entidades promotoras de estudos, propostas e tecnologias relacionadas a políticas de desenvolvimento sustentável do município. Houve isso? Foi promovido isso? Apresentar relatório conclusivo. Foi apresentando algum relatório conclusivo pela câmara técnica? Depois, sempre que necessário convidar pessoas de notório saber nas áreas específicas. Foi convidada alguma pessoa de notório saber para participar da

nossa câmara técnica? Então, eu queria só saber e a resposta da mesa sobre o que foi feito disso porque nós estamos realmente muito preocupados com essa questão de que o conselho tem que funcionar com o seu tempo e não é o tempo que ta sendo prolongado. É um conselho que não foi, a meu ver, ainda, instalado. Obrigada!

01:02:02 – Antônio Alexandre – Bom! De acordo com as solicitações apresentadas, aqui, de esclarecimento à mesa. O que a mesa tem a apresentar é o seguinte, as questões que foram levantadas, aqui, elas inclusive foram objetos do mesmo questionamento que está sendo apresentado agora quanto ao processo. Evidentemente, que nós sabemos aqui quem está acompanhando a discussão que não é de agora que se requer que essa discussão voltasse para a câmara técnica, sofresse todo outro ritual. Essa questão foi discutida! Eu não quero entender, por exemplo, que a conselheira Ângela acha obrigatório que qualquer matéria que venha para o Conselho da Cidade tenha que ser discutida antes na câmara técnica ou no grupo de trabalho porque não é isso que o regimento diz. Isso é opção da plenária se assim entender que deve aprofundar ou qual o nível de aprofundamento que pode ter uma discussão. O que a plenária do conselho aprovou, o que a plenária do Conselho da Cidade do Recife aprovou é de que a discussão deveria ser enriquecida com uma reunião ampliada que aconteceu; com uma audiência pública que aconteceu e com um encaminhamento, pela prefeitura, da sistematização e apresentação de informações complementares que também aconteceu. Em que pesem alguns não terem ficados satisfeitos com esse conteúdo, outros terem ficado, mas isso faz parte do debate democrático, evidentemente, que não se tem unanimidade. O que a mesa entende agora é de que nós estamos numa reunião que é o desdobramento à reunião anterior, nós estamos em processo de votação. Foi pedido vista e os pedidos foram naturalmente, aqui, evidentemente, acatados; foram apresentadas as declarações sobre os pedidos de vista; os pedidos de vista, todos os que foram apresentados se referiram ao processo, novamente, que estava em curso. A mesa vai registrar isso, dá publicidade a esses entendimentos que democraticamente foram apresentados e que legitimamente representam a posição e opinião de conselheiras e conselheiros que, aqui, assim, desejaram se manifestar e a mesa colocam agora, nesse momento, dando continuidade, em votação a matéria que está sendo discutida e em processo de votação, aqui, no plenário. Então, nós temos uma única proposta apresentada que é a minuta do projeto de lei que institui e regulamenta o plano específico para a região do Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabangá com o acréscimo do destaque apresentado pela prefeitura, conforme já foi apresentado aqui, que incorpora uma contribuição surgida no debate e a exigência de um plano de massa, ou seja, de um plano urbanístico para aquela área que ainda não está ocupada que é a região do Cabangá, hoje ocupada pelo quartel do exército. Então, em votação proposta de número um, a proposta única apresentada, evidentemente, que a votação os conselheiros se manifestam na forma como desejar, a favor, contra ou abstenção. Vamos partir para o processo de votação. Normalmente, a gente vê no final se tem o quórum, a gente já verificou o quórum duas vezes nessa reunião. A gente vê no final se a votação dá o quórum senão der tem a deliberação ou não. O conselho delibera se houver o quórum. A gente vai fazer essa contagem agora, nesse momento. Secretaria de desenvolvimento e planejamento urbano vota na proposta um, proposta da prefeitura, vota sim. A secretaria de mobilidade? Proposta um, a da prefeitura, sim. Secretaria de habitação? Proposta um, sim, da prefeitura. Secretaria de finanças? Proposta um, sim, da prefeitura. Secretaria de infraestrutura? Proposta um. Secretaria de meio

ambiente e sustentabilidade? Proposta um. Secretaria de saneamento? Proposta um. Instituto Pelópidas Silveira? Proposta um. URB? Proposta um. EMLURB? Proposta um. Foro do PREZEIS? Está ausente! É. Saiu. Câmara Municipal? Como não foi apresentada tem a proposta um, a favor, contra ou abstenção. Proposta um, sim. Secretaria de cidades? Proposta um. Agência CONDEPE/FIDEM? Proposta um. Consórcio Grande Recife? Proposta um. Caixa Econômica Federal? Proposta um. Superintendência do patrimônio da união? Ausente. FUNDAJ? Ausente. FEMOCOHAB? Ausente. MST – Imbiribeira? Ausente. MNU? Ausente. Federação Ibura-Jordão? Ausente. Grupo Direitos Urbanos? Ausente. CLC? Ausente. OLMP? Ausente. Mata Uchoa? Ausente. MLBC? Ausente. MLB? Ausente. MLT? Ausente. SENGE – Sindicato dos Engenheiros? Ausente. SINTRAH? Ausente. Força sindical? Ausente. SINTRACI? Ausente. ADEMI? Proposta um, sim. ABIH? Proposta um, sim. SINDUSCON? Proposta um, sim. CDL? Proposta um, sim. OAB? Proposta um, sim. CAU? O CAU se abstém abstenção. IAB? Ausente. MDU? Ausente. CENDHEC? Ausente. Diaconia? Ausente. Cidadania feminina? Ausente. HABITAT? Ausente. Resultado da votação: vinte votos sim, nenhum não e uma abstenção. Temos quanto aqui? É porque vinte e um né?! Vinte e um votos. Pois não! Esse entendimento o conselho já teve. Por favor! Esse entendimento já teve. O regimento estabelece que é necessário haver o quórum no momento da instalação, portanto, foi por isso que quando nós completamos vinte e um votos que é o quórum atual do conselho, nós instalamos o conselho, e agora submetemos à votação e o resultado final deu, exatamente, os vinte e um votos que é o quórum atual do conselho. Ta certo?! Então, a proposta apresentada pela prefeitura está aprovada, ta certo? A proposta apresentada pela prefeitura está aprovada e a mesa, a presidência do conselho aproveita para vencido esse tema, em função da discussão que já houve, anteriormente, aqui, no conselho, já anunciar que nós vamos apresentar a nossa agenda de discussão nas câmaras técnicas daqueles assuntos que estão sendo discutidos para a cidade. Está certo! As conselheiras e conselheiros, meu muito obrigado, e tenham todos um bom dia. Terminamos a pauta dessa reunião.